

2º DIA DO JULGAMENTO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Cipriano Mutota nega ter sido ele a pessoa que trouxe a Privininvest a Moçambique

- A audição do oficial do SISE que à data dos factos dirigia o Gabinete de Estudos e Projectos continua esta manhã. Ontem falou do seu empenho no projecto que culminou com a criação da ProIndicus; das circunstâncias pouco claras do envolvimento de Nhangumele nos trabalhos de segurança de Estado, sendo ele um outsider; do momento em que foi afastado do Gabinete de Estudos e Projectos e colocado em estágio nos Negócios Estrangeiros; da luta que fez para ter a sua parte do dinheiro distribuído pela Privininvest e das aplicações feitas com os mais de 600 mil dólares...



Cipriano Mutota, oficial do SISE há 40 anos

O segundo dia do julgamento do Processo N° 18/2019-C também começou com um atraso de cerca de 30 minutos. Quando eram 09H27, o juiz Efigénio Baptista entrou para a tenda onde decorrem as sessões, menos preenchida em relação ao primeiro dia. A razão é simples: dos 19 réus que estiveram presentes na segunda-feira, apenas um estava na tenda para ser interrogado. Cipriano Mutota, 63 anos, oficial do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) há 40 anos, que se apresentou do uniforme prisional.

Quem não gostou de ver Mutota no inconfundível fato cor de laranja foi o advogado Rodrigo Rocha, que protestou afirmando que não há lei que obrigue os réus a apresentarem-se de uniforme prisional no tribunal. E não parou por aí: pediu que o seu constituinte fosse autorizado a sair da tenda retirar o uniforme prisional que, na verdade, estava sobreposto à roupa civil. O Ministério Público não se opôs ao pedido, mas lá estava o juiz da causa a não arredar pé da sua posição: a questão do uniforme prisional é da competência do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP). “O tribunal é incompetente para decidir sobre a matéria”, ponto final!

Da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no processo, veio mais uma questão prévia, designadamente a composição do tribunal. Uma vez que o tribunal decidiu julgar o caso das “dívidas ocultas” como processo de querela e aplicar o Código do Processo Penal de 1929, a OAM entende que a participação de juizes eleitos se torna indispensável, sob pena de o julgamento ser considerado nulo. Mas o juiz Efigénio Baptista chumbou o pedido, fundamentando que, nos termos da lei da organização judiciária, a participação de juizes eleitos no julgamento é facultativa, salvo em casos de homicídio voluntário e violação de menores.

E quando o tribunal se preparava para iniciar com o tão aguardado interrogatório, a defesa reclamou que não foi notificada do pedido civil de 2,9 mil milhões de dólares que consta da acusação definitiva apresentada na segunda-feira pelo Ministério Público. Nas anteriores fases do processo, incluindo na acusação provisória de Março de 2019, o Ministério Público não pediu indemnização a favor do Estado, pelo que não o pode fazer em pleno julgamento e sem que tenham sido notificados os réus para a exercerem o seu direito de defesa. Aqui o juiz teve que concordar e ordenou que os réus fossem notificados da existência do pedido de indemnização para, querendo, deduzir uma contestação no prazo de 20 dias. Abdul Gano, advogado de Gregório Leão, à data dos factos Director-geral do SISE, já adiantou que vai contestar o pedido do Ministério Público que, aos seus olhos, é exagerado.



Créditos O País

Ultrapassadas as questões prévias, o interrogatório ao réu Cipriano Mutota iniciou às 10h45. Pelo tempo em que está no SISE (40 anos), pela pasta que ocupava à data dos factos (director do Gabinete de Estudos e Projectos) e pelo seu envolvimento na concepção do projecto de segurança que deu lugar à ProIndicus, era expectável que Mutota estremece-se a tenda com algumas revelações. Mas ele foi mais hilariante que revelador. Por exemplo, a uma pergunta do Ministério Público sobre como é que tomou conhecimento de que a Privinvest já tinha pago valores a Teófilo Nhangumele, Bruno Langa e Armando Ndambi Guebuza, ele respondeu que foi através de uma pergunta (retórica) feita por Ângela Leão quando foi ela no seu escritório em data não precisa: “Estás a ver as máquinas aí na cidade?” Mutota disse que não percebeu o alcance da pergunta e quando insistiu para saber de que máquinas a esposa do seu director no SISE e sócio na empresa MULEPE se estava a referir, ela teria respondido: “Pergunte o teu amigo Teófilo”.

Foi a partir desse recado que Mutota foi pressionar Nhangumele, primeiro para saber o que estava a acontecer. E uma vez colocado a par do assunto, começou a exigir a sua parte do dinheiro que o descreve como agradecimento pelo “contributo no projecto”. Foi uma longa batalha, pois as pessoas que tinham recebido o dinheiro (Teófilo Nhangumele, Bruno Langa e Armando Ndambi Guebuza) não aceitaram contribuir uma parte do valor para Mutota. De nada valeu a insistência de Mutota em exigir dinheiro dos três, muito menos a indicação de Jean Boustani, da Privinvest, de que aqueles deveriam contribuir com uma parte do valor recebido para pagar o oficial do SISE que esteve envolvido nas primeiras

fases do desenho do projecto.

Mutota não desistiu. Virou os canos para os Emirados Árabes Unidos e pressionou Boustani até que se comprometeu a lhe pagar dois milhões de dólares. Para tal, pediu que Mutota fosse a Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos) para abrir uma conta bancária na qual seriam canalizados os valores, seguindo o procedimento que tinha sido usado por Nhangumele, Bruno Langa e Ndambi Guebuza. Mas o oficial do SISE não aceitou deslocar-se a Abu Dhabi para efeitos de abertura de conta. E como Boustani também se mostrava relutante em transferir o dinheiro para Moçambique, os dois chegaram a um acordo: Mutota indicou dois amigos sul-africanos que aceitaram receber o dinheiro nas suas contas para depois repassá-lo para o legítimo destinatário. Foi assim que Mutota ganhou sete (7) camiões comprados pela Privinvest em uma empresa do seu amigo no Reino Unido e recebeu dinheiro no valor de mais de 600 mil dólares, também transferidos da Prinvest para a conta de um outro amigo seu, também sul-africano.

Questionado pelo Ministério Público que aplicações fez com o dinheiro de 600 mil dólares, Mutota respondeu: “Fui gastando porque o dinheiro chegava em tranches. Não houve pagamento de um bem específico, saíam cinco mil, três mil dólares. Grande parte gastei na minha machamba de gergelim e milho em Mocuba”. Sobre as aplicações feitas ao dinheiro que saiu da sua conta numa única tranche de 150 mil dólares, ele disse que não se lembrava do destino dado. Para justificar a legalidade do valor que recebeu na sua conta, Mutota mentiu ao banco dizendo que vendeu a sua participação numa empresa agrícola baseada no Reino Unido.

## Oficial do SISE não sabe se era mesmo necessário criar uma empresa para garantir a segurança de Moçambique

Nos autos do processo, Mutota é descrito como o oficial do SISE que apresentou ao seu director-geral (Gregório Leão) a proposta do grupo Privinvest Shipbuilding de protecção da zona económica exclusiva de Moçambique, na expectativa de que o documento chegasse ao Presidente da República, Armando Guebuza. Segundo a acusação, foi em 2011 que Mutota teve acesso aos representantes da Abu Dhabi Mar, uma das empresas do grupo Privinvest, através do seu amigo residente na África do Sul, Joe Mokgokong, que o telefonou a falar do interesse do grupo baseado nos Emirados Árabes Unidos. Os dois acordaram que deviam aprofundar a conversa em Maputo e, depois do encontro num restaurante na marginal, ficou decidido que Batsatsane Thlokoane, representante da Abu Dhabi Mar, viajasse para a capital moçambicana a fim de se encontrar com Mutota. E assim aconteceu: Thlokoane esteve em Maputo em data não precisa de 2011 e reuniu com o então director do Gabinete de Estudos e Projectos, que se fazia acompanhar por Nhangumele.

No interrogatório desta terça-feira, Mutota negou esta versão e contou uma nova. Disse que na qualidade de director de Estudos de Projectos e Projectos, foi-lhe incumbido, entre 2008 e 2010, a missão de produzir um estudo sobre as ameaças à segurança de Estado. O terrorismo, a imigração ilegal, o tráfico de drogas por via marítima, a pesca ilegal e sequestros eram as grandes ameaças naquela altura. O estudo foi submetido à apreciação do conselho de direcção do SISE que, por sua vez, submeteu à apreciação do conselho consultivo. Depois foi elaborado um documento final que foi enviado aos "consumidores de informação" – no caso o Presidente da República e o Primeiro-ministro. O documento continha propostas de solução e a maioria foi aprovada. Uma das medidas era a dotação de meios e recursos humanos para a protecção das fronteiras e para o controlo da zona marítima, lacustre e insular.

Entre finais de 2010 e 2011 foi indicado pelo seu director-geral para participar de um encontro no Ministério da Ciência e Tecnologia. Não sabia do assunto que seria tratado e nem se haveria necessidade de serviços de tradução, mas disse que tomou a iniciativa de convidar o seu amigo de longa data Nhangumele para o ajudar na compreensão da língua inglesa. Ademais, disse que tem amigos sul-afrikanos de longa data, comunicou com alguns deles e com Boustani quando es-



tava a tratar do recebimento do dinheiro da Privinvest, disse ainda que durante o Apartheid foi responsável pela segurança dos membros do ANC "exilados" em Moçambique, mesmo assim precisou dos serviços de tradução de inglês para português e vice-versa do amigo Nhangumele.

Nesse tal encontro, onde terá participado o então responsável pela informática no SISE, foi feita uma apresentação sobre segurança marítima no canal de Moçambique por Jean Boustani, acompanhado pela representante da Abu Dhabi Mar na África Austral, Batsatsane Thlokoane. "Levei os slides da apresentação e fui mostrar ao meu director e ele disse que já tinha visto o documento com o colega António Carlos do Rosário". Mas antes, Mutota saiu do encontro do Ministério da Ciência e Tecnologia para um restaurante na companhia de Nhangumele, Mbatsatsae e Boustani. Objectivo: falar sobre a apresentação do projecto de segurança marítima.

Quando o projecto foi apresentado ao Ministro das Finanças, Manuel Chang sugeriu que o SISE contactasse outros Ministérios que tinham projectos mais ou menos semelhantes, nomeadamente os Ministérios da Defesa Nacional, do Interior, das Pescas e dos Transportes e Comunicações. A ideia era produzir um único projecto de protecção para depois ser submetido ao Ministro das Finanças para o devido financiamento. "Fomos instruídos a recolher mais elementos e em contacto com os quatro ministérios produzimos um estudo de viabilidade, que indi-

cava o problema, o orçamento de 360 milhões de dólares. O Ministro das Finanças indicou Isaltina Lucas, na altura directora nacional do Tesouro, para trabalhar na parte orçamental do projecto. "Como era um trabalho muito técnico, decidi que fosse Teófilo a trabalhar com Isaltina Lucas. Eu trabalhei na parte de argumentação".

Uma vez apresentado o projecto ao Presidente da República, foi decidido que havia necessidade de se criar um veículo para implementar o projecto. E esse veículo devia integrar apenas as instituições das Forças de Defesa e Segurança. "Como os Ministérios não tinham como ser accionistas, então participaram através das suas empresas: o Ministério da Defesa Nacional participou detendo 50% através da empresa Monte Binga; o SISE também ficou com 50%, através do GIPIS. O Ministério do Interior ficou com a missão de regularizar a empresa a sua empresa DALO para poder participar na estrutura accionista da ProIndicus. Mutota lembra que na primeira apresentação que fez na Presidência da República, estavam os ministros da Defesa Nacional (Filipe Nyusi), Interior, Pescas, o assessor político do Presidente da República (Renato Matusse). "Eu não sabia que aquela era a segunda vez. Só soube que era a segunda quando fui ouvido na PGR. Soube que António Carlos do Rosário já tinha apresentado o mesmo projecto".

Apesar de ter sido uma das pessoas mais empenhadas na concepção do projecto, Mutota foi dispensado do Gabinete de Estudos e Projectos e transferido para a Di-

recção Operações no Exterior do SISE e foi fazer estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em finais de 2013. Até à sua saída do Gabinete de Estudos e Projectos, o orçamento do projecto era de 360 milhões de dólares, e incluía a formação de pessoal, equipamentos técnicos, radares de médio e longo alcance, vigilância marítima e aérea. O orçamento inicial do projecto era de 302 milhões, mas subiu até 360 milhões de dólares devido aos 50 milhões de dólares acrescentados para o “agradecimento” para todos aqueles que contribuíram para a conclusão positiva do projecto, o tal “fee”.

À pergunta do Ministério Público sobre as razões que fizeram com que o projecto falhasse, Mutota respondeu que não acompanhou a fase de implementação, pelo que não sabe explicar. Ainda como oficial do SISE, não sabe explicar se era de facto necessário criar-se um “veículo” para garantir a segurança e a defesa do País; nem se a Privinvest participou nas fases de concepção e estudo de viabilidade.

Nhangumele também foi afastado do projecto. Foi num encontro que decorreu no Ministério da Defesa Nacional, cujo ministro dirige o Comando Operacional Conjunto. “Nesse encontro o Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, perguntou-me quem era Nhangumele. Eu disse que era um amigo. No fim de encontro ele foi dizer ao meu director-geral que Nhangumele tinha de ser afastado, porque o Comandante-Chefe disse que estes assuntos só devem ser discutidos pelo pessoal das Forças de Defesa e Segurança”. Foi daí que Gregório ordenou ao Mutota que comunicasse ao Teófilo que estava afastado do projecto e deveria entregar todo o material relacionado com o mesmo.

Questionado como é que Nhangumele, que não é oficial do SISE e das Forças de Defesa e Segurança no geral, tenha trabalhado e participado em reuniões até na Presidência da República sobre um projecto que tem que ver com a segurança do Estado, Mutota respondeu que precisaria de uma autorização para responder.

Mas perante a insistência da OAM, ele afirmou que Nhangumele era colaborador do SISE. Mesmo afastado, Nhangumele parece que continuou influente ao ponto de conseguir receber 8,5 mil milhões de dólares. Mutota, a quem Boustani tinha prometido dois milhões de dólares, só recebeu um total de 980 mil dólares.

Sobre o envolvimento do filho de Armando Guebuza, ele explica que foi informado por Nhangumele que o projecto não estava a andar e ele iria contactar Bruno Langa que, por sua vez, deveria falar com o seu amigo Ndambi Guebuza para que intercedesse junto ao pai. “Não integrei a comitiva que viajou para Alemanha para verificar as potencialidades da Abu Dhabi Mar porque tinha tido um falecimento. Pedeu ao director-geral do SISE que fosse substituído por Teófilo (Nhangumele) e ele anuiu. Esteve presente António Carlos do Rosário, Ndambi Guebuza, Bruno Langa e Nhangumele”. A mesma comitiva voltou a viajar para Abu Dhabi Mar para o mesmo fim.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

